

Pobreza intergeneracional en el estado de Oaxaca

Intergeracional da pobreza no estado de Oaxaca

Ana Luz Ramos- Soto

Universidad Autónoma “Benito Juárez” de Oaxaca

analuz_606@yahoo.com.mx

Rosa María Velásquez Sánchez

Universidad Autónoma “Benito Juárez” de Oaxaca

romavesa205@yahoo.com.mx

Resumen

La pobreza ha aumentado en 24 estados de México. Durante el cuarto trimestre de 2014 el Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL) informa que en cinco entidades el Índice de la Tendencia Laboral de la Pobreza (ITLP) reporta incrementos por arriba del 10 % anual, dentro de los cuales se encuentra el estado de Oaxaca. El objetivo general de este trabajo es identificar la pobreza intergeneracional en el periodo de estudio de 1990 a 2015 en el estado de Oaxaca, así como las consecuencias de la misma. La metodología de investigación es cuantitativa de gabinete con información de fuentes secundarias, el diseño del marco teórico se basó en trabajos de investigación de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), la hipótesis que guía el trabajo es que el diseño de las políticas redistributivas implementadas en el combate a la pobreza en el estado de Oaxaca no han dado los resultados esperados dado que existe una pobreza que se ha heredado de generación en generación.

Palabras clave: pobreza, intergeneracional, políticas.

Resumo

A pobreza aumentou em 24 estados do México. Durante o quarto trimestre de 2014, o Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (CONEVAL) relata que cinco entidades Trabalho Índice de Tendência da Pobreza (ITLP) relataram aumentos acima de 10% ao ano, dentro do qual É o estado de Oaxaca. O objetivo geral

deste trabalho é identificar a pobreza intergeracional no período de estudo 1990-2015, no estado de Oaxaca, e as conseqüências disso. A metodologia da pesquisa é quantitativa gabinete com informações de fontes secundárias, o projeto do marco teórico foi baseado na pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a hipótese que norteia o trabalho é que o desenho de políticas redistributivas implementado no combate à pobreza no estado de Oaxaca eles não produziram os resultados esperados como há uma pobreza que foi herdada de geração em geração.

Palavras-chave: a pobreza, as políticas intergeracionais.

Fecha recepción: Octubre 2014

Fecha aceptación: Diciembre 2014

Introdução

Estrutura Conceitual

Nas definições propostas para o termo "pobreza" Geralmente conceitos como escassez de recursos, zero ou baixa renda, qualidade de vida estão relacionados, entre outros. A Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina eo Caribe (CEPAL, 2014) considera uma pessoa em situação de pobreza se o seu rendimento não permite que você para comprar os produtos da cesta básica. Enquanto que para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) é que parte da população por nível de renda que você não pode adquirir moradia, alimentação, saúde e educação, de modo que eles não conseguem satisfazer suas necessidades econômicas, social e cultural.

O Ministério do Desenvolvimento Social define pobreza como "um padrão de vida que não pode ser alcançado" (SEDESOL, a Secretaria de Desenvolvimento Social, de 2014), o padrão de vida de uma pessoa é medida através de vários fatores, tais como: "1) A renda atual; 2) activos não-core e capacidade de endividamento das famílias; 3) o patrimônio familiar, entendida como o conjunto de ativos e bens duráveis que prestam serviços básicos; 4) acesso a bens e serviços gratuitos e 5) o tempo disponível para sua casa ou trabalho, educação e recreação, e 6) conhecimento das pessoas, não como um meio de

aumentar a receita, mas como satisfações diretos da necessidade humana para a compreensão e como indicadores diretos do grau desenvolvimento cognitivo do ser humano "(Boltvinik, 2003) A pobreza é relativa a estes seis pontos ;. No entanto, para o estudo é utilizado principalmente como rendimento recebido por pessoas I parâmetro.

No entanto, é de salientar que o conceito de pobreza pode ser definida não só pelo nível de renda, como o bem-estar de uma pessoa inclui outros aspectos: alimentação, educação, serviços públicos, habitação, vestuário e assim por diante. De acordo com CONEVAL (2014), uma pessoa está em situação de pobreza quando você tem pelo menos uma privação social (em seis indicadores de hiato educacional, o acesso aos serviços de saúde, o acesso à segurança social, qualidade e espaços de convivência, serviços básicos no sector da habitação eo acesso a alimentos) e sua renda é insuficiente para adquirir os bens e serviços necessários para satisfazer as suas necessidades alimentares e não alimentares.

Como mencionado Paul Spicker, "os debates sobre a pobreza foram encapsulados por um formalismo acadêmico artificial, que insistiu que deve haver um núcleo comum de significado ... No entanto, a pobreza não tem um único significado. Ele contém uma série de significados relacionados através de uma série de semelhanças ".

Três aspectos foram parte das definições de pobreza e dar orientações para uma maior clarificação, de acordo com Arriagada (2000), são eles:

- a) Exclusão Social. Isso se refere àqueles que estão fora do processo de desenvolvimento de uma sociedade. Existem três tipos de exclusão:
 - Económico: origina-se da não-integração das pessoas no mercado de trabalho, seja por idade, sexo, cor, educação, ou da religião; uma vez que isso resulta em estes não satisfazer as suas necessidades.
 - Política: A não participação na tomada de decisões.
 - Cultural: As "redes sociais primárias precárias" (Arriagada, 2000).
- b) vulnerabilidade. De acordo com a Real Academia Espanhola, a palavra vulneráveis se aplicam à "o que pode ser ferido ou receber dano físico ou moral"; são basicamente os grupos da população mais sensíveis a ser afectada por circunstâncias adversas. Vulnerabilidade mede a quantidade de activos disponíveis para atender às mudanças.

"Um dos principais expoentes dessa escola de pensamento (Moser, 1998) argumentou que o foco deve ser a gestão dos activos disponíveis para os setores de baixa renda para atenuar os efeitos das riscos descendentes para o seu bem-estar" (Arriagada, 2000).

Alguns cepalinos como Katzman (1999), autores observam três tipos de vulnerabilidade:

- A marginalidade: Desemprego em áreas periféricas.
- A pobreza: Risco de empobrecimento.
- A exclusão da modernidade: Refere-se a reprodução da pobreza entre os jovens.

"A vulnerabilidade e, conseqüentemente, a pobreza, poderia ser modificado por positivamente apoiar o processo de mobilização de bens dos pobres" (Barahona, 2006).

c) A segurança humana. Equidade a nível das cidades e pobreza estão relacionados a este conceito, já que as pessoas com baixos rendimentos são mais vulneráveis quando se deslocam de um lugar para outro.

A este respeito, Arriagada menciona que, se tomados como elementos de referência que geram exclusão, vulnerabilidade e insegurança na análise da pobreza, você pode obter resultados mais precisos sobre este fenómeno.

As taxas de pobreza

A pobreza é um fenómeno que tem ocorrido ao longo dos anos em diferentes localizações geográficas; Isto é, embora uma área urbana¹ tem vantagens competitivas em relação a rural, isso não significa que os moradores da cidade têm uma melhor qualidade de vida. Portanto, o estudo desses dois tipos de pobreza (urbano - rural) é necessário porque dessa forma as causas e condições do problema pode ser combatida com os programas certos.

¹Las zonas rurales son aquellas localidades que tienen poblaciones inferiores a los 2 500 habitantes. Las urbanas son localidades que su población es mayor a los 2 500 habitantes. "Nuestro país ha experimentado, en el último siglo, una transformación en la dinámica de la población que modificó el patrón existente, pues pasamos de ser un país eminentemente rural a principios del siglo XX a un país donde tres de cada cuatro personas residen en una localidad urbana, es decir, un México urbano". **Fuente especificada no válida.**

Segundo Boltvinik (2000), a pobreza é um fenômeno predominantemente rural ou urbano em função de três variáveis: o nível de corte urbano ou rural, a definição diferencial das linhas de pobreza entre as zonas urbanas e rurais e do nível absoluto das linhas Pobreza usado.

O estudo do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, o FIDA (1993), tem sido utilizado como uma referência em relação à abordagem metodológica adotada para atender aos níveis de pobreza rural. "Sua concepção de pobreza é explícito em afirmar que a pobreza não é uma condição do povo, mas o efeito de processos dinâmicos; a pobreza é uma condição social, não um fenômeno pessoal "(Dubois, 2014).

O empobrecimento das zonas rurais é devido aos processos institucionais, a falta de acesso à terra, distribuição desigual de sistemas de cultivo e posse da terra, mercados subdesenvolvidos, a falta de acesso ao crédito e insumos, falta de instituições básicas que promovem a participação popular, os fatores que afetam o crescimento agrícola (como a alocação de gastos públicos e políticas macroeconômicas), e assim por diante. Outra das causas do empobrecimento, "dualismo derivado da persistência de estruturas de produção dependentes do mercado mundial torna a melhor terra é atribuído a exportação de culturas, enquanto pequenos e marginais agricultores e pastores devem resignar-se a terras menos produtivo "(Dubois, 2014).

Outros fatores que geram o empobrecimento rural mencionado pelo IFAD (1993) são os seguintes: o crescimento da população, baixos níveis de educação, isolamento geográfico e falta de acesso a comunicações, gestão de recursos e gestão o ambiente, a discriminação de gênero contra as mulheres, fatores étnicos e culturais, operadores de mecanismos de intermediação, a fragmentação política interna e conflitos civis e fatores internacionais.

A pobreza urbana, bem como a pobreza rural manifesta-se, ao mesmo tempo, mas a magnitude de cada um é diferente. Um dos factores que conduziram à expulsão de pessoas do campo para a cidade em busca de uma melhor qualidade de vida, a razão poderia ser considerada uma causa da pobreza urbana desde então, cresceu por novo processo de empobrecimento, pois não toda a população está se movendo oportunidades no mercado de trabalho.

De acordo com Moser (1993), existem quatro categorias de análise para as diferentes dimensões da pobreza urbana:

- Baixa renda: A incapacidade de participar de mercados de trabalho e falta de apoio de trabalho, limite de baixa renda ainda pobreza nominal.
- Baixo capital humano: A baixa escolaridade e saúde precária, o que pode levar à pobreza crônica.
- Baixa de capital: A escassez de redes sociais que ajudam a proteger as famílias durante a crise econômica.
- Nos termos do capital financeiro: A perda de capital produtivo são utilizados para gerar renda.

Um fator considerado causa da pobreza em áreas urbanas é a posição do chefe da família no mercado de trabalho ", que seu emprego é estável ou não, o nível de rendimento recebido, sua capacidade de executar vários tipos de trabalho mais ou menos qualificados, etc., são as referências decisivas "(Dubois, 2014); Da mesma forma, observa-se que o mercado de trabalho desempenha um papel importante na geração de pobreza urbana, o que significa que o ambiente de trabalho mercado compreende as "instituições, organizações sociais e quadro político para a compreensão do comportamento do mercado curto, médio e longo prazo, no que diz respeito às possibilidades de a população para alcançar a renda necessária "(Dubois, 2014).

Para Dubois (2014), os processos de empobrecimento urbanas diferem daquelas em áreas rurais:

- O estabelecimento de fatores que geram a pobreza, porque por estes são os níveis em que um agregado familiar ou uma pessoa é considerada pobre definido.
- A mudança poder do povo comprando, porque nas cidades o preço dos bens e serviços que são oferecidos tendem a ser maiores; Além disso, os produtos que as pessoas precisam para sobreviver são diferentes de acordo com seu contexto (rural-urbana). "Definitivamente, a população urbana tem dinheiro muito mais importante para tornar a sua vida cotidiana para a população rural" (Dubois, 2014).

Moser (1998) menciona três outras diferenças:

- Os níveis de comercialização: Nas cidades o ativo mais importante é o trabalho, porque por este famílias ganham renda e consumo é incentivada.
- As condições ambientais: condições precárias de habitação, saneamento, distância para o trabalho
- fragmentação social.

Pobreza intergeracional

Especialmente a pobreza intergeracional é devido à educação e economia. No que diz respeito à educação, uma população bem educada reduz suas chances de viver na pobreza. Os chefes de família as pessoas com único diploma do ensino médio ou equivalente, pode contribuir para as suas famílias são mais probabilidade de serem pobres. Se as escolas urbanas são sistematicamente professores menos qualificados do que os seus homólogos suburbanos, segue-se que eles não oferecem uma educação de qualidade, aumentando a probabilidade de seus alunos que vivem na pobreza. Além disso, presume-se que os filhos de pessoas em áreas urbanas estão empobrecidos, como resultado da privação social e económica vivida durante a infância e adolescência, que tem um efeito duradouro sobre os indivíduos, tornando-se difícil para as crianças crescerem em famílias baixa renda para escapar da pobreza quando chegarem à idade adulta. Dessa forma, ele coloca em movimento o ciclo da pobreza entre gerações. O pai, que tem sido uma vítima das circunstâncias, não receberam uma educação de qualidade e, portanto, não poderia encontrar um emprego melhor pagador então eu não poderia escapar da pobreza. A criança, que vivem na mesma área, por sua vez, carece de uma educação de qualidade, perpetuando a pobreza (OIT).

Medir a pobreza

No México, o Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (CONEVAL) é o órgão do governo responsável por medir a pobreza. Este corpo é baseado em oito indicadores:

- Corrente de renda per capita.
- Níveis médios de educação em casa.
- O acesso aos serviços de saúde.

- O acesso à segurança social.
- Qualidade e espaço de habitação.
- O acesso aos serviços básicos de habitação.
- O acesso aos alimentos.

O método utilizado para medir a pobreza ao longo dos anos não tem sido uniforme, uma vez que de acordo com o contexto em que foram efectuadas as medições não poucos elementos que influenciam o seu comportamento foram incluídos.

a) linha de pobreza.

Na linha de pobreza gastos anuais de uma pessoa em alimentos e bens não alimentares (moradia, transporte, educação, saúde, etc.) é medida.

A medição da pobreza de rendimento do agregado familiar está sujeita a uma série de discussões importantes. "Uma vez que as linhas de pobreza são automaticamente transformados em linhas de pobreza tem sido sugerido que este modelo elimina a necessidade de quantificar o custo de uma cesta de regulamentos adicionais para satisfações de alimentos, uma situação que resulta em uma subestimação da pobreza não- desabrigados, especialmente em áreas urbanas, onde os custos podem ser consideravelmente maior do que o suposto limite "(Arriagada, 2000).

Para a linha de pobreza, Julio Boltvinik desenvolveu em 1982 uma variante: "necessidades essenciais Regras Canasta (CBSE)", com o qual os bens não duráveis e duráveis diferentes. A soma dos custos anuais é o custo anual de CNSE. Esta é a linha de pobreza, em comparação com a renda ou o consumo das famílias para determinar se a família é pobre ou não.

O resultado da linha de pobreza em comparação com a renda familiar. Este cálculo é efectuado para cada decil, dependendo do tamanho e composição dos agregados.

Como já mencionado, o método mede a pobreza do rendimento mínimo recebido por uma pessoa. A incidência da pobreza é o mais utilizado e é o número ou percentagem de indivíduos cujo indicador de renda é insuficiente para satisfazer as suas necessidades básicas.

Larrañaga (2007) menciona que uma das vantagens de medir a satisfação das necessidades de rendimento, que é a informação é obtida a partir de um único indicador.

Alguns dos indicadores utilizados para complementar a análise da pobreza de renda, são:

- Saúde: Isto pode ser medido pela esperança de vida ou por microdados provenientes de inquéritos de famílias ou pessoas. No entanto, a expectativa de vida é um dos indicadores mais utilizados; um exemplo é a Organização Mundial da Saúde (OMS), que usa como um indicador para comparar os níveis de saúde entre os países.

O melhor indicador da saúde no contexto da pobreza multidimensional é "a esperança de vida ea qualidade-ajustada desagregados por status socioeconômico" (Larrañaga, 2007). Este indicador exige a combinação de informações dos dois tipos de dados descritos.

- Educação: Na análise dos indicadores de pobreza multidimensional que pode ser referenciada são a cobertura do sistema educacional, a taxa de evasão e graduação de diferentes níveis de ensino e nível de educação.

- Habitação e meio ambiente: A qualidade de vida é claramente relacionada com as condições de habitação e do ambiente onde ele está localizado.

Entre as características de uma habitação é homing superfície do solo, da qualidade dos materiais usados e a infra-estrutura de acesso de base. "Good habitação é aquele que facilita a vida familiar, dá oportunidades para a privacidade, oferece segurança, contribui para os cuidados de saúde através de ambientes temperados e higiene ao fornecer um espaço adequado para o estudo" (Larrañaga, 2007).

- a) Necessidades básicas insatisfeitas (NBI).
- b) De acordo com o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC, 1984), método NBI é verificar se as famílias tiverem cumprido uma série de requisitos previamente estabelecidos, pobres para aqueles que falharam considerando.
- c) Dentro desse as características dos domicílios que têm alguma privação e estão ligadas à pobreza (com referência aos seis indicadores de nível de vida Boltvinik) são utilizados. Não só eles utilizados como parâmetros condições de domicílios, mas também do país, com base em indicadores como a superlotação, a habitação inadequada, abastecimento de água inadequado, falta de saneamento ou

inconveniente, que não frequentam escolas primárias por crianças em idade escolar, e um indicador indireto da capacidade económica; A CEPAL também desenha sobre estes indicadores para medir as necessidades básicas das famílias, cujos dados são obtidos a partir da contabilidade efectuadas (no caso do México podem ser obtidos por censos populacionais e habitacionais).

d) Método Integrado.

Este método foi desenvolvido por Katzman, que relatou que a da linha de pobreza e método NBI. De acordo Boltvinik (2014) baseia-se em:

1. A renda atual
2. Os direitos de acesso aos serviços públicos ou de mercadorias a título gratuito (ou subsidiados).
3. A propriedade ou direitos de uso de ativos que prestavam serviços básicos de consumo (bens básicos acumulados).
4. Educação, níveis de competências e habilidades, não entendida como um meio de obter receita, mas como expressões da capacidade de compreender e fazer.
5. O tempo disponível para a educação, recreação, lazer e tarefas domésticas.
6. ativos não-core e capacidade de endividamento. Casa

Por que a linha de pobreza é integrado com NBI? Uma das principais razões é porque estes dois métodos só mede a satisfação das necessidades humanas, digitando a pessoa fica, e porque em suas "aplicações usuais, seleccione indicadores de satisfação de necessidades que dependem essencialmente da América Latina Propriedade bens de consumo (de habitação) ou direitos de acesso aos serviços governamentais, assim, implicitamente, pare de tomar em conta outras fontes de bem-estar " (Larrañaga, 2007).

Os resultados da investigação

A área de estudo compreende o estado de Oaxaca, localizado na região sudeste do México, atualmente tem 3,801,962 habitantes (INEGI, 2015).

A Tabela 1 mostra que os níveis de pobreza nos mitas da população de Oaxaca no período de estudo ascendeu a 76,5%, e para 2000 diminuiu para 71,9%. De acordo com a divisão geográfica de Oaxaca em 570 municípios em oito regiões geográficas, em 2000, a região do Canadá está mostrando a percentagem mais elevada com 90,2%, seguida pelas regiões Norte e Sierra Sierra Sur entretanto A região que apresentou menor percentual de pobreza era Vales Central, onde reduziu significativamente na década 1990-2000 (de 71,7% para 57,4%).

Em três regiões da área de estudo aumentou o nível de pobreza naquela década: o Istmo em 1990, com 63,7% e 68,8% em 2000; na Serra Norte, 86,4% da população vivia em situação de pobreza em 1990 e aumentou para 89,1% em 2000; Cañada último posicionado com um aumento de 88,9% para 90,2%

Tabela 1. Percentagem da população na pobreza.

<i>Concepto</i>	1990	2000
<i>México</i>	63.2	51.0
<i>Oaxaca</i>	76.5	71.9
<i>Valles Centrales</i>	71.7	57.4
<i>Istmo</i>	63.7	68.8
<i>Tuxtepec</i>	77.4	76.2
<i>Mixteca</i>	83.1	76.8
<i>Costa</i>	79.3	77.1
<i>Sierra Sur</i>	86.4	85.4
<i>Sierra Norte</i>	87.4	89.1
<i>Cañada</i>	88.9	90.2

Fuente: Elaboración propia con base en los censos del INEGI.

Uma das causas da pobreza intergeracional é a educação. Como mostrado na Tabela 2, o nível de educação do estado de Oaxaca, na primeira década de estudo em média 5,6%, enquanto o Canadá Região apresentou o menor nível de escolaridade de 3,6%, o que significa que a população tenha concluído até o nível de terceira ou quarta série.

Tabela 2. Indicadores da educação

Concepto	Porcentaje de la población analfabeta de 15 años o más		Porcentaje de la población de 6 a 14 años que no sabe leer ni escribir		Grado promedio de escolaridad	
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
México	12.4	9.5	12.3	12.3	6.6	7.5
Oaxaca	27.5	21.5	17.0	18.3	4.6	5.6
Valles Centrales	16.8	12.1	11.3	12.3	4.8	5.8
Istmo	24.3	20.0	14.1	13.8	5.2	6.0
Tuxtepec	25.3	21.0	18.4	21.0	3.9	4.6
Mixteca	31.3	24.2	15.8	17.2	3.8	4.8
Sierra Norte	33.0	27.5	19.9	21.6	3.8	4.5
Sierra Sur	35.2	27.6	20.2	21.5	3.3	4.2
Costa	36.0	27.7	20.5	22.4	3.7	4.8
Cañada	44.6	38.7	28.0	29.1	2.9	3.6

Fuente: Elaboración propia con base en los censos del INEGI.

CONEVAL mostra os resultados da medição da pobreza em nível municipal. Estimar município nível de pobreza contribui para reforçar a prestação de contas no país e melhorar o planejamento de políticas de desenvolvimento social.

Os municípios que em 2010 tiveram a maior porcentagem de população em situação de pobreza foram: San Juan Tepeuxila, Oaxaca (97,4%); Aldama, Chiapas (97,3%); San Juan Cancuc, Chiapas (97,3%); Mixtla Altamirano, Veracruz (97,0%); Chalchihuitán, Chiapas (96,8%); Santiago Textitlán, Oaxaca (96,6%); Duraznal San Andrés, Chiapas (96,5%); Santiago el Pinar, Chiapas (96,5%); Sitalá, Chiapas (96,5%) e San Simon Zahuatlán, Oaxaca (96,4%).

Os municípios que em 2010 tinham a menor porcentagem de população pobre foram: Benito Juarez, Cidade do México (8,7%); San Nicolas de los Garza, Nuevo Leon (12,8%); Guadalupe, Nuevo Leon (13,2%); Miguel Hidalgo, Distrito Federal (14,3%); San Pedro Garza Garcia, Nuevo Leon (15,2%); San Sebastian Tutla, Oaxaca (16,7%); San Pablo Etla, Oaxaca (17,3%); Apodaca, Nuevo Leon (18,0%); Corregidora, Querétaro (18,7%), e San Juan de Sabinas, Coahuila (19,0%).

Os municípios com maior número de pessoas em situação de pobreza em 2010 foram: Puebla, Puebla (732 154); Iztapalapa, Cidade do México (727 128); Ecatepec de Morelos, México (723.559); Leon, Guanajuato (600 145); Tijuana, Baja California (525.769); Juarez, Chihuahua (494 726); Nezahualcoyotl, México (462.405); Toluca, México (407.691); Acapulco, Guerrero (405.499), e Gustavo A. Madero, Distrito Federal (356.328).

De acordo com estes dados que ele está no top municípios que pertencem ao estado de Oaxaca: Tepeuxila San Juan e San Simon Zahuatlán Oaxaca, Oaxaca.

Em 2012, o estado de Oaxaca, no que diz respeito aos 32 Estados ficou em terceiro lugar em percentagem da população em situação de pobreza e percentagem da população que vive em extrema pobreza. Então, Oaxaca está localizado dentro dos cinco estados com maior pobreza no país. A população total em situação de pobreza e extrema pobreza em nível estadual é a soma da população em situação de pobreza e extrema pobreza (CONEVAL, 2012). Em 2010, a população total que vive no estado, 67,4% estavam em situação de pobreza, ou seja, 2,566,157 pessoas, de um total de 3.807.784 tiveram pelo menos uma privação social e não têm renda suficiente para satisfazer suas necessidades básicas; A diferença média nesta população foi de 3,2%. 29,8% da população do estado estava em situação de extrema pobreza, o que significa que 1,135,230 pessoas tinham três ou mais necessidades sociais e não ter uma renda suficiente para adquirir uma cesta de alimentos; A diferença média nesta população foi de 4,0%.

Do exposto, conclui-se que a percentagem da população que vive em situação de pobreza moderada foi de 37,6%, ou seja, 1,430,927 pessoas, que estavam em média 2,6 deficiências. Até 2010, a percentagem de pessoas vulneráveis por privação social foi de 22,4%, equivalente a 852,654 pessoas, que mesmo quando eles tinham um rendimento mais elevado do que o necessário para cobrir as suas necessidades tinham um ou mais privação social; 1,2% da população era vulnerável a renda, o equivalente a 45,797 pessoas que não têm necessidades sociais, mas cujo rendimento era inferior ou igual a renda necessária para satisfazer as necessidades básicas. Finalmente, a percentagem da população pobre e vulnerável foi de 9,0%, ou seja 343,176 pessoas.

Além disso, os municípios que o maior número de pessoas em situação de pobreza são:

1. Oaxaca, com 104,035 pessoas (30,9% da sua população).
2. tuxtepec, com 84,213 pessoas (56,2% da sua população).
3. heróica cidade de Juchitán de Zaragoza, com 47,662 pessoas (60,2% da sua população).
4. Salina Cruz, com 42,424 pessoas (46,1% da sua população).
5. Santa Cruz Xoxocotlan, com 38,207 pessoas (50,4% da sua população).
6. Villa Tututepec de Melchor Ocampo, com 35,838 pessoas (82,5% da sua população).
7. Heróica Cidade de Huajuapán de León, com 35,601 pessoas (52,7% da sua população).
8. Santiago Pinotepa Nacional, com 35.042 pessoas (73,3% da sua população).
9. Miahuatlán de Porfirio Díaz, com 32 551 pessoas (76,3% da sua população).
10. Acatlan de Pérez Figueroa, com 31,217 pessoas (74,9% da sua população).

Conclusões

Uma vez que a medição da pobreza determinado começa a formulação de políticas, que são chamados de política social porque o seu propósito de assistir e, tanto quanto possível ser o instrumento para resolver problemas sociais ou apresentados nos componentes medida usada.

No México, a política social tem a sua principal referência no rescaldo da Revolução Mexicana, assumindo um caráter paternalista no período do Estado de bem-estar, o que implicava um alto custo para isso; no entanto, a partir do processo de industrialização do país e sua conseqüente abertura econômica, o seu design é melhorada.

Pelo que foi observado no inquérito, estas políticas não foram suficientes para reduzir os níveis de pobreza desde nas principais cidades do estado de Oaxaca ainda estamos vendo uma elevada percentagem de pobreza. Com a sua população pode ser classificada como áreas urbanas Tututepec Villa Melchor Ocampo, com 82,5% da pobreza; Miahuatlán de Porfirio Díaz, com 76,3%; Acatlan de Pérez Figueroa com 74,9% e Santiago Pinotepa Nacional, com 73,3%. Por outro lado, tem o menor número de pobres é a cidade de Oaxaca, com 30,9%.

Pobreza intergeneracional tem persistido no estado de Oaxaca por mais de duas décadas. Embora algumas de suas áreas geográficas o problema tenha diminuído nos outros aumentou, o que sugere uma transferência de população rural para as áreas urbanas, aumentando o número de pobres urbanos.

Bibliografía

Arriagada, C. (2000). Pobreza en América Latina: Nuevos escenarios y desafíos de políticas para el hábitat urbano. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

Barahona, M. (2006). Familias, hogares, dinámica demográfica, vulnerabilidad y pobreza en Nicaragua. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

Boltvinik, J. (2003). Tipología de los métodos de medición de la pobreza. Los métodos combinados. *Revista comercio exterior*, p. 454.

CEPAL (29 de Junio de 2014). Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Obtenido de Objetivos de desarrollo del milenio en América Latina y el Caribe: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getprod.asp?xml=/MDG/noticias/paginas/1/40211/P40211.xml&xsl=/MDG/tpl/p18f-st.xsl&base=/MDG/tpl/top-bottom.xsl>

CONEVAL (2012). Informe de pobreza y evaluación en el estado de Oaxaca. México: CONEVAL.

Dubois, A. (13 de Julio de 2014). Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo. Obtenido de Pobreza urbana y rural: <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/174>

Feres, J. C. (1997). Notas sobre la medición de la pobreza según el método del ingreso. CEPAL, pp. 145-163.

SEDESOL (7 de Julio de 2014). Secretaría de Desarrollo Social. Obtenido de Marco estadístico nacional: muestras de hogares y establecimientos: <http://www.inegi.org.mx/rne/docs/Pdfs/Mesa5/19/JavierSuarez.pdf>